AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 51 DISTRITO FEDERAL.

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

:FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DAS EMPRESAS REQTE.(S)

Brasileiras de Tecnologia da Informação

: Adriele Pinheiro Reis Ayres de Britto ADV.(A/S)

ADV.(A/S):MARCELO MONTALVAO MACHADO

INTDO.(A/S) :Presidente da República Proc.(a/s)(es) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) :CONGRESSO NACIONAL

Proc.(A/S)(ES):ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. :FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA ADV.(A/S): ANTÔNIO SÉRGIO ALTIERI DE MORAES PITOMBO

:YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA AM. CURIAE.

ADV.(A/S):ANDRE ZONARO GIACCHETTA ADV.(A/S):VICENTE COELHO ARAÚJO

:CIRO TORRES FREITAS ADV.(A/S)

AM. CURIAE. :Instituto de Referência Em Internet e

SOCIEDADE - IRIS

ADV.(A/S):Lucas Costa dos Anjos

:SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE TECNOLOGIA -AM. CURIAE.

SUCESU NACIONAL

:RENATO MULLER DA SILVA OPICE BLUM ADV.(A/S)

ADV.(A/S):JULIANA ABRUSIO ADV.(A/S):RONY VAINZOF

:SAMARA SCHUCH BUENO ADV.(A/S):MAURICIO ANTONIO TAMER ADV.(A/S)ADV.(A/S):CAMILA RIOJA ARANTES

AM. CURIAE. :ABERT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS

DE RÁDIO E TELEVISÃO

ADV.(A/S):RODRIGO BRANDAO VIVEIROS PESSANHA

DESPACHO: Em 6 de novembro de 2019, por meio de despacho, foi designada audiência pública, no âmbito da ADC 51, para discutir a constitucionalidade do Decreto 3.810/2001, do art. 273, II, do CPC e dos arts. 780 a 783 do CPP, no que se refere à requisição, por parte de autoridades brasileiras, de dados de usuários localizados em provedores

de internet e empresas de tecnologia no exterior.

Mediante o despacho mencionado, foram estabelecidas as orientações gerais e os requisitos considerados para fins de recebimento das inscrições de participação na qualidade de expositor e *amici curiae*.

Foram recebidos 84 (oitenta e quatro) *e-mails* com pedidos de habilitação no endereço eletrônico adc51@stf.jus.br. Além disso, foram expedidos convites a autoridades e representantes da sociedade civil com *expertise* no assunto.

Pedidos deferidos

Com base nos critérios previamente estabelecidos de representatividade, especialização técnica, diversidade de gênero, expertise e garantia de pluralidade de opiniões, com paridade dos pontos de vista a serem defendidos, defiro a participação das seguintes entidades e expositores:

- 1) Assespro Nacional (Prof. Dr. Carlos Ayres Britto, Prof. Dr. Francisco Rezek, Prof. Todd Hinnen e Dr. Eric H. Holder Jr.);
- 2) Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. (Prof. Albert Gidari, Dra. Andrea Kirkpatrick, Dr. Marlio Martins);
 - 3) Yahoo do Brasil Internet Ltda. (Dr. André Giacchetta);
- 4) Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Polícia Federal (Ministro Sérgio Fernando Moro, Dr. Lucas de Carvalho, Dr. Arthur de Oliveira, Dra. Miriam Wimmer e Dr. Isalino Giacomet Júnior);
- 5) Ministério Público Federal (Dra. Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos e Dr. Bruno Calabrich);
 - 6) IP.rec (Dra. Raquel Lima Saraiva);
 - 7) Idec (Dr. Walter Faiad);
 - 8) Sucesu (Dr. Maurício Tamer);
 - 9) Ong Art. 19 (Dra. Denise Dora);
 - 10) Lapin (Dr. Gabriel Araújo Souto e Dra. Alexandra

Lopes);

- 11) Internet Lab (Dra. Nathalie Fragoso);
- 12) Iris (Prof. Dr. Fabrício Polido);
- 13) Prof. Dra. Maristela Basso (Professora Livre-Docente da USP);
- 14) Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP (Prof. Dr. Alexandre da Silva);
- 15) Instituto de Garantias Penais (Dr. Ticiano Figueiredo de Oliveira e Dr. Pedro Ivo Velloso);
- 16) Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão (Prof. Dr. Rodrigo Brandão);
 - 17) Fiesp (Dr. Rony Vainzof);
 - 18) OAB (Dr. Flávio Pereira);
 - 19) Prof. Jacqueline de Souza Abreu;
 - 20) Prof. Natália Peppi;
- 21) Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio ITS RIO (Prof. Dr. Carlos Affonso de Souza e Prof. Christian Perrone);
- 22) Prof. Dr. Vinícius Marques de Carvalho (Universidade de São Paulo);
- 23) Prof. Dr. Danilo Doneda (Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP CEDIS/IDP).

Registre-se, em relação à Abert, que a jurisprudência do STF tem reconhecido a legitimidade da referida associação para o ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade e para a atuação como *amicus curiae* (ADI 5.794, ADI 4.451 e ADI 2.404), em consideração à representatividade e especialização da referida associação em questões envolvendo a liberdade de expressão, as atividades de telecomunicações e outras similares.

Portanto, não deve prosperar a irresignação dos autores quanto à admissão da associação para atuação, na condição de *amicus curiae*, na audiência pública designada e nos atos posteriores.

É facultado a todos os habilitados na audiência pública o envio de suas contribuições, por escrito, até a data de realização da referida audiência pública (10.2.2020), para o endereço de *e-mail* adc51@stf.jus.br.

Caso queiram utilizar recursos audiovisuais, os admitidos a participar da Audiência Pública deverão encaminhar os arquivos a serem exibidos até o dia **7.2.2020** para o endereço adc51@stf.jus.br.

Data de realização da audiência pública e ordem dos trabalhos

A Audiência Pública será realizada no Supremo Tribunal Federal, Anexo II-B, Sala de Sessões da Segunda Turma, na data de **10.2.2020** (segunda-feira), **de 9h às 12h00 e de 14h às 17h05.**

A ordem dos trabalhos seguirá a programação prevista no anexo deste despacho.

Metodologia da Audiência Pública

Os participantes habilitados foram distribuídos em blocos de exposição, nos termos do cronograma transcrito no anexo, divididos em dois períodos (manhã e tarde), devendo obedecer rigorosamente ao tempo atribuído para expor suas posições sobre as questões apontadas nas decisões convocatórias, bem como sobre os demais temas que surgirem durante a audiência.

Após o final de cada bloco e/ou período (manhã e tarde), o Ministro Relator e Presidente da audiência poderá instaurar espaço de diálogo, debate e reação às exposições, para que as dúvidas e os questionamentos, desde que de interesse do processo e do Tribunal, possam ser esclarecidos, no tempo máximo de 3 (três) minutos para cada expositor indagado pelo Relator.

Orientações gerais aos interessados

Reitere-se que não é necessária inscrição para assistir à audiência pública, a qual também será transmitida pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, nos termos do Regimento Interno do STF (art. 154, parágrafo único, V), com sinal aberto para as demais emissoras interessadas.

No âmbito do Tribunal, o número de presentes será limitado à capacidade do local de sua realização, de acordo com a organização do Cerimonial do Supremo Tribunal Federal.

Demais dúvidas podem ser sanadas em consulta ao *site* do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br), clicando-se na aba "Processos", "Audiências Públicas" e, posteriormente, em "Perguntas Frequentes".

Determino à Secretaria que promova o cadastramento da Abert e de seus advogados como *amicus curiae* no sistema eletrônico de processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de fevereiro de 2020.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente

Programação da Audiência Pública

Dia 10.2.2020 (segunda-feira) Manhã, das 9h às 12h00

9h:00 Abertura dos Trabalhos – Ministro Gilmar Mendes

9h:10 Parte autora da ADC 51

Representantes:

Prof. Dr. Carlos Ayres Britto – ASSESPRO Nacional – 10 min.

Prof. Dr. Francisco Rezek – ASSESPRO Nacional – 10 min.

Prof. Todd Hinnen – ASSESPRO Nacional – 10 min.

Dr. Eric H. Holder Jr. – ASSESPRO Nacional – 10 min.

9h:50: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Representante:

Ministro Sérgio Fernando Moro – 15 min.

10h05: Polícia Federal (PF)

Representante:

Delegado Federal Dr. Isalino Giacomet Júnior – 15 min.

10h20: Ministério Público Federal (MPF)

Representantes:

Dra. Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira – 5 min.

Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos – 5 min.

Dr. Bruno Calabrich – 5 min.

10h35: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Representante:

Dr. Flávio Pereira – 15 min.

10h50: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Representantes:

Dr. Lucas Borges de Carvalho - 5min

Dr. Arthur Coimbra de Oliveira - 5min

Dra. Miriam Wimmer - 5min

11h05: Academia e Sociedade Civil (Grupo 1)

Representantes:

Prof. Dr. Carlos Affonso de Souza e Prof. Ms. Christian Perrone – Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio (ITS Rio) – 15 min.

Prof. Maristela Basso (Universidade de São Paulo –USP) – 10 min.

Prof. Jacqueline de Souza Abreu (Pesquisadora) – 10 min.

Dr. Walter Faiad – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) – 10 min.

11h50: Esclarecimentos Finais - Ministro Gilmar Mendes

12h00: Encerramento dos trabalhos no período da manhã.

Tarde, das 14h00 às 17h00

14h00: Reabertura dos trabalhos – Ministro Gilmar Mendes

14h:10: Academia e Sociedade Civil (Grupo 2)

Representantes:

Prof. Dr. Alexandre da Silva (Fundação Getúlio Vargas – FGV – Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP) – 10 min.

Prof. Dr. Vinícius Marques de Carvalho (Universidade de São Paulo –USP) – 10 min.

Prof. Dr. Fabrício Polido (Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS) – 10 min.

Prof. Dr. Danilo Doneda (Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP – CEDIS/IDP) – 10 min.

Dra. Nathalie Fragoso (InternetLab – Pesquisa em Direito e Tecnologia) – 10 min.

Prof. Natália Peppi (Pesquisadora) – 10 min.

15h10: Setor Privado

Representantes:

Dr. André Giacchetta (Yahoo Brasil) – 10 min.

Prof. Albert Gidari, Dra. Andrea Kirkpatrick, Dr. Marlio Martins (Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.) – 15 min.

Dr. Rony Vainzof – (Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP) – 10 min.

Dr. Diego Gualda (Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico – CBCE) – 10 min.

Prof. Dr. Rodrigo Brandão (Associação Brasileira de Rádio e TV - ABERT) – 10 min.

16h05: Academia e Sociedade Civil (Grupo 3)

Dr. Ticiano Figueiredo e Dr. Pedro Ivo Velloso (Instituto de Garantias Penais) – 15 min.

Dra. Raquel Lima Saraiva (IP Recife) – 10 min.

Dr. Maurício Tamer – (Sociedade de Usuários de Tecnologia – SUCESU) – 10 min.

Dra. Denise Dora (ONG Artigo 19) – 10 min.

Dr. Gabriel Araújo Souto e Dra. Alexandra Lopes (Laboratório de Pesquisa em Direito Privado e Internet (Lapin/UnB) – 15 min.

17h05: Esclarecimentos Finais e Encerramento – Ministro Gilmar Mendes